

Cantareira Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

1. Mensagem da administração

A administração da Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") e a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Arbitragem

Durante o exercício de 2019 a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor) entrou com processo de arbitragem contra a Companhia. A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das instalações das linhas de transmissão da Companhia e alegava que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento são de responsabilidades da Companhia. A Diretoria entendia que todos os custos pleiteados pela Elecnor faziam parte do contrato "EPC Turn Key" e, portanto, não havia o que reembolsar ou mesmo indenizar, sendo a condução tomada no processo arbitral.

Durante o exercício de 2021 a Companhia e a Elecnor do Brasil Ltda. realizaram um acordo com o objetivo de encerrar por definitivo o procedimento arbitral compreendendo o pagamento à Elecnor no montante de R\$ 63.000 mil.

(b) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 foi de R\$ 119.610 mil, um incremento de 12,29% quando comparada com a RAP para o ciclo 2020-2021 foi de R\$ 106.520 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA) e da revisão tarifária periódica.

(c) Aumento de capital

Em 31 de agosto de 2021 as acionistas aportaram o montante de R\$ 63.000 mil na Companhia, sendo R\$ 32.130 mil por parte da Celeo e R\$ 30.870 mil por parte da Copel. Esse aumento de capital foi destinado ao pagamento da arbitragem.

(d) Pagamento de dividendos

Em 21 de maio de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 13.362 mil de dividendos, sendo R\$ 6.815 mil para Celeo e R\$ 6.547 mil para a Copel.

(e) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão no exercício de 2021 e 2020 foi de 100%.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, com funcionamento permanente, é composto por 4 (quatro) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinar sobre o Relatório Anual da Administração, opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral e examinar as demonstrações financeiras do exercício social.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria, deliberar sobre a emissão de debêntures e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
Cantareira Transmissora de Energia S.A**
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cantareira Transmissora de Energia S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cantareira Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;ii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; eiii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	155	3.109
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	52.199	31.326
Concessionárias e permissionárias	10	12.861	11.171
Ativo de contrato	11	122.667	116.404
Impostos e contribuições a recuperar		6.535	3.246
Outros ativos		2.007	561
Total do ativo circulante		196.424	165.817
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	29.254	27.827
Ativo de contrato	11	1.526.324	1.483.761
Total do realizável a longo prazo		1.555.578	1.511.588
Imobilizado e Intangível		70	73
Total do imobilizado + intangível		70	73
Total do ativo não circulante		1.555.648	1.511.662
Total do ativo		1.752.072	1.677.479
Fornecedores		826	619
Financiamento	12	27.111	26.455
Debêntures	13	25.286	14.859
Salários e encargos a pagar		193	168
Impostos e contribuições a recolher		1.504	1.275
Pis e Cofins diferidos	14	10.738	10.190
Dividendos a pagar	17 (c)	13.712	13.362
Encargos setoriais		1.895	1.470
Outros passivos		8.455	4.998
Total do passivo circulante		89.720	73.396
Financiamento	12	380.210	404.911
Debêntures	13	75.970	84.873
Provisões	15	70	46.506
Pis e Cofins diferidos	14	139.876	136.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	249.167	221.657
Total do passivo não circulante		845.293	894.040
Total dos passivos		935.013	967.436
Capital social	17 (a)	381.800	318.800
Reserva de lucros	17 (b)	435.259	391.243
Total do patrimônio líquido		817.059	710.043
Total do passivo e patrimônio líquido		1.752.072	1.677.479

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	155.952	149.358
Pessoal		(848)	(753)
Material		(107)	(57)
Serviços de terceiros	19 (a)	(2.662)	(2.383)
Arbitragem	15	(18.477)	(16.616)
Outros		(525)	(792)
Custos operacionais		(22.619)	(20.601)
Lucro bruto		133.333	128.757
Pessoal		(778)	(745)
Serviços de terceiros	19 (b)	(986)	(1.972)
Outros		(344)	(215)
Despesas operacionais		(2.108)	(2.932)
Resultado antes das despesas financeiras		131.225	125.825
Receitas financeiras		2.625	2.004
Despesas financeiras		(46.419)	(42.634)
Despesas financeiras líquidas	20	(43.794)	(40.630)
Resultado antes dos impostos		87.431	85.195
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.193)	(7.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(27.510)	(21.211)
Imposto de renda e contribuição social	21	(29.703)	(28.934)
Lucro líquido do exercício		57.728	56.261

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	57.728	56.261
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	57.728	56.261

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		318.800	4.848	69.865	303.631	-	697.143
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	-	(30.000)	-	-	(30.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.261	56.261
Reserva legal	17 (b)	-	2.813	-	-	(2.813)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(13.362)	(13.362)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	40.086	-	(40.086)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		318.800	7.661	79.951	303.631	-	710.043
Aumento de capital	17 (a)	63.000	-	-	-	-	63.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	57.728	57.728
Reserva legal	17 (b)	-	2.886	-	-	(2.886)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	(13.712)	(13.712)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	41.130	-	(41.130)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		381.800	10.547	121.081	303.631	-	817.059

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		57.728	56.261
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		27.510	21.211
- Pis e Cofins diferidos		4.331	4.434
- Atualização da provisão da arbitragem	15	18.477	16.616
- Juros, correção monetária e custo de transação sobre debêntures e financiamento		46.174	42.653
- Ativo de contrato - remuneração	11	(165.230)	(160.204)
		(11.010)	(19.029)
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(20.873)	28.921
- Concessionárias e permissionárias		(1.690)	(628)
- Ativo de contrato	11	116.404	110.461
- Impostos e contribuições a recuperar		(3.289)	(2.110)
- Outros ativos		(1.445)	18
- Fornecedores		207	225
- Impostos e contribuições a recolher		5.076	10.579
- Salários a pagar		(25)	-
- Encargos setoriais		425	515
- Provisões		(1.913)	(283)
- Outros passivos		3.506	(1.814)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		85.373	116.465
Impostos pagos sobre o lucro		(4.847)	(10.390)
Pagamento arbitragem	15	(63.000)	-
Debêntures - pagamento de juros	13	(6.828)	(7.031)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(28.446)	(30.735)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais		(17.748)	78.700
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(1.427)	(545)
Imobilizado e intangível		3	5
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		(1.424)	(540)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - captação	12	607	1.500
Aumento de capital	17 (a)	63.000	-
Pagamento de dividendos	17 (c)	(13.362)	(44.871)
Debêntures - pagamento de principal	13	(8.627)	(8.080)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(25.400)	(23.604)
Caixa líq. proveniente (utilizado) das atividades de financiamento		16.218	(75.055)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.954)	3.104
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.109	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	155	3.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	15
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4.	Uso de estimativas e julgamentos	16
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	16
6.	Principais políticas contábeis	17
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	25
Ativos		
8.	Caixa e equivalentes de caixa	25
9.	Títulos e valores mobiliários	26
10.	Concessionárias e permissionárias	27
11.	Ativo de contrato	27
Passivos e Patrimônio Líquido		
12.	Financiamento	28
13.	Debêntures	30
14.	PIS e COFINS diferidos	31
15.	Provisões	32
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	32
17.	Patrimônio líquido	33
Desempenho do ano		
18.	Receita operacional líquida	34
19.	Serviços de terceiros	34
20.	Despesas financeiras líquidas	35
Tributos sobre o lucro		
21.	Imposto de renda e contribuição social	35
Outras informações		
22.	Transações com partes relacionadas	36
23.	Gestão de riscos financeiros	37
24.	Coronavírus (COVID-19)	39
25.	Cobertura de seguros	40

1 Contexto operacional

A Cantareira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de maio de 2014 e está estabelecida na cidade de Curitiba - PR - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela Linha de Transmissão Estreito-Fernão Dias, em 500kv, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km.

Os acionistas da Companhia, por meio de controle compartilhado definido em acordo de acionistas, são a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celemo") e Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") com 51% e 49% de participação, respectivamente.

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 19/2014 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados de São Paulo e Minas Gerais compostas pelas: (i) linha de transmissão Estreito-Fernão, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 328 km, com origem na subestação Estreito e término na subestação Fernão Dias; (ii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões nas subestações Estreito e Fernão Dias, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio

O Contrato foi assinado no dia 5 de setembro de 2014 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 5 de maio de 2045. A Companhia entrou em operação comercial em fevereiro de 2018.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária ocorreu no ciclo de 2020/2021. A RAP da Companhia é ajustada em cada ciclo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória n° 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 em R\$ 119.610 (R\$ 106.520 para o ciclo 2020-2021). Um aumento aproximado de 12,29%, decorrente da revisão tarifária periódica e do reajuste do IPCA.

1.3 Revisão da Receita Anual Permitida

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2020-2021. A RAP estabelecida foi de R\$ 110.692 e teve a sua inclusão no ciclo 2021-2022.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 04 de fevereiro de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto (que varia entre 9% e 16%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

6.6 Provisões para perdas esperadas de créditos

A Provisões para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui provisão para PEC.

6.7 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) **Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são rerepresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021, se aplicável, serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

		2021	2020
Caixa e bancos		155	9
Operações compromissadas	(a)	-	3.100
		155	3.109

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

9 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2021	2020
CDB	(a)	44.736	20.967
Fundo de investimento	(b)	7.463	10.359
		52.199	31.326

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 98,93% (98% em 2020) do DI com vencimento entre maio de 2022 e janeiro de 2023.

O aumento apresentado no exercício refere-se à geração de caixa da Companhia.

- (b) Em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos recursos estão aplicados no mesmo fundo de investimentos descrito no "Não circulante" a seguir.

A redução apresentada no exercício refere-se, principalmente, ao pagamento do financiamento, das debêntures e dos dividendos aos acionistas.

ii. Não circulante

		2021	2020
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	20.916	20.178
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	8.338	7.649
		29.254	27.827

Aplicações referente às garantias do contrato de financiamento e das debêntures e estão em conformidade com as cláusulas do contrato e da escritura, respectivamente.

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida.

- (b) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos em uma conta denominada “conta reserva debêntures” e “conta de pagamento debêntures”, valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2021 foi de 5% (2,22% no exercício findo em 2020).

10 Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
A vencer	12.409	10.622
Até 3 meses	31	10
De 3 a 12 meses	40	413
Acima de 12 meses	381	126
	12.861	11.171

11 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	1.600.165	1.550.422
Remuneração do ativo de contrato	165.230	160.204
Recebimentos	(116.404)	(110.461)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.648.991	1.600.165

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	122.667	116.404
Não circulante	1.526.324	1.483.761
	1.648.991	1.600.165

12 Financiamento

Financiamento	439.512	461.860
Custo de transação	(8.146)	(8.840)
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	431.366	453.020
Captação - Subcrédito C	607	1.500
Juros	28.503	30.491
Amortização - principal	(25.400)	(23.604)
Amortização - juros	(28.446)	(30.735)
Amortização - custo de transação	691	694
Financiamento	414.776	439.512
Custo de transação	(7.455)	(8.146)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	407.321	431.366

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	27.111	26.455
Não circulante	380.210	404.911
	407.321	431.366

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES. O Contrato foi assinado no dia 28 de dezembro de 2016 e foi destinado à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1.

O valor total do financiamento foi de R\$ 426.834 divididos em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 360.119 destinados as obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 64.591 destinados a aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 de outubro de 2018 e última parcela será no dia 15 de setembro de 2032.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 2.124 destinados a investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidirá a TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em 11 de maio de 2020 o BNDES liberou o valor de R\$ 1.500. Em 22 de outubro e 20 de dezembro de 2021 o BNDES liberou o valor de R\$ 546 e R\$ 61.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	28.894
Em 2024	30.921
Em 2025	33.089
A partir de 2026	287.306
	380.210

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária; (b) não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, (i) penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) não conceder preferência a outros créditos e (iii) não realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; e (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,2 e o ICP igual ou superior a 20%.

Abaixo estão demonstrados os cálculos do ICSD e do ICP.

(a) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	2021
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1,38
(A) Geração de caixa da atividade	95.936
(B) Serviço da dívida	69.301
(A) Geração de caixa da atividade	95.936
(+) LAJIDA (EBITDA)	100.783
(-) Pagamento de imposto de renda	(3.570)
(-) Pagamento de contribuição social	(1.277)
(B) Serviço da dívida	69.301
(+) Amortização de principal	34.027
(+) Pagamento de juros	35.274
EBITIDA	100.783
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	87.431
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	43.794
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(166.024)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(7.299)
(+) RAP no exercício	124.495
(+/-) Outros ajustes IFRS	18.386

(b) Índice de capital próprio (ICP)

(A) Índice de capital próprio (B) / (C)	42%
(B) Patrimônio líquido	389.221
(C) Total do ativo	934.287

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

13 Debêntures

Debêntures	102.812	106.719
Custo de transação	(3.080)	(3.344)
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	99.732	103.375
Juros	16.716	11.203
Amortização - principal	(8.627)	(8.080)
Amortização - juros	(6.828)	(7.031)
Amortização - custo de transação	264	264
Debêntures	104.072	102.812
Custo de transação	(2.816)	(3.080)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	101.256	99.732

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	25.286	14.859
Não circulante	75.970	84.873
	101.256	99.732

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2017 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 100.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 9 de janeiro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 6,91% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de fevereiro de 2019 e o último será efetuado na data de vencimento em 15 de agosto de 2032.

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	9.933
Em 2024	10.877
Em 2025	11.918
A partir de 2026	43.242
	75.970

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) não pagamento dos juros e do principal nas datas previstas na escritura; (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia; (c) transformação da Companhia em outro tipo societário; (d) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias; (e) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão; e (f) não atingimento, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,20. O ICSD precisa ser apurado anualmente e a metodologia de cálculo é a mesma utilizada na apuração do ICSD do contrato de financiamento do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2021, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

14 PIS e COFINS diferidos

	2021	2020
PIS	26.866	26.094
COFINS	123.748	120.189
	150.614	146.282

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	10.738	10.190
Não circulante	139.876	136.093
	150.614	146.282

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Provisões

		2021	2020
Serviços prestados	(a)	-	44.523
Meio ambiente		-	1.443
Outros		70	540
		70	46.506

(a) Arbitragem

A Companhia passou por um processo de arbitragem com a Elecnor do Brasil Ltda. (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das instalações das linhas de transmissão da Companhia e alegou que os custos adicionais que teve para concluir o empreendimento foram de responsabilidades da Companhia.

No dia 2 de fevereiro de 2019 a Elecnor protocolou no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) requerimento de instauração de arbitragem contra a Companhia, pleiteando o montante de R\$ 50.000.

No dia 24 de julho de 2019 as partes assinaram o Termo Arbitral.

No dia 18 de junho de 2021, foi firmado entre as partes o “Instrumento Particular de Transação”, no qual previa o pagamento, pela Companhia, para a Elecnor no valor de R\$ 63.000, o qual foi devidamente quitado no dia 31 de agosto de 2021. Como o saldo da provisão em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 44.523 a Companhia fez o complemento do pagamento no valor de R\$ 18.477, o qual impactou o resultado do exercício.

Em 13 de agosto de 2021, foi proferida a Sentença Homologatória de Acordo, dando-se por encerrado a questão.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Imposto de renda	183.211	162.983
Contribuição social	65.956	58.674
	249.167	221.657

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	249.167	216.007
Provisão para arbitragem	-	5.650
	249.167	221.657

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de agosto de 2021 os acionistas aumentaram o capital, conforme suas respectivas participações, no valor de R\$ 63.000 (Celeo e Copel aportaram R\$ 32.130 e R\$ 30.870, respectivamente). O objetivo desse aporte foi para o pagamento da arbitragem com a Elecnor, conforme nota explicativa 15.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 381.800 (R\$ 318.800 em 31 de dezembro de 2020), dividido em 381.800.000 ações ordinárias (318.800.000 em 31 de dezembro de 2020) sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%		Ações (mil)	
	2021	2020	2021	2020
Celeo Redes Brasil S.A.	51%	51%	194.718	162.588
Copel Geração e Transmissão S.A.	49%	49%	187.082	156.212
	100%	100%	381.800	318.800

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 2.886 e R\$ 2.813, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia pagou como dividendos o montante de R\$ 30.000.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 41.130 e R\$ 40.086, respectivamente.

iii. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.2.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 13.712 e R\$ 13.362, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 13.362 R\$ 14.871, respectivamente.

18 Receita operacional líquida

	2021	2020
Remuneração do ativo	166.024	158.645
Receita de operação e manutenção	7.299	6.925
Receita bruta	173.323	165.570
Pis e Cofins correntes	(11.431)	(10.293)
Pis e Cofins diferidos	(4.331)	(4.434)
Encargos setoriais	(1.609)	(1.485)
Deduções da receita	(17.371)	(16.212)
	155.952	149.358

19 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		2021	2020
Serviço de operação e manutenção	(i)	(1.151)	(1.018)
Consultoria ambiental	(ii)	(692)	(519)
Manutenção de faixa		(289)	(130)
Diversos		(530)	(716)
		(2.662)	(2.383)

- i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.
- ii. Refere-se a prestação de consultoria para atendimento das condicionantes da Licença de Operação.

(b) Despesas operacionais

		2021	2020
Prestação de serviços administrativos	(i)	(345)	(345)
Investimentos sociais	(ii)	(66)	(1.233)
Consultorias		(500)	(341)
Diversos		(75)	(53)
		(986)	(1.972)

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.
- ii. Refere-se aos gastos em investimentos sociais (construção de uma usina de triagem e compostagem e da implantação de um sistema de coleta seletiva, doação de cestas básicas, bem como educação ambiental em escolas públicas no município de Monte Santo de Minas no Estado de Minas Gerais) oriundos do Subcrédito C do BNDES, conforme nota explicativa 12.

20 Despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	2.481	1.973
Outras receitas	144	31
Receitas financeiras	2.625	2.004
Juros - debêntures	(16.716)	(11.203)
Juros - financiamento	(28.503)	(30.491)
Custo de transação - debêntures	(264)	(264)
Custo de transação - financiamento	(691)	(694)
Outras despesas	(245)	18
Despesas financeiras	(46.419)	(42.634)
	(43.794)	(40.630)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	87.431	85.195
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(29.727)	(28.966)
Adições (exclusões)	24	32
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(29.703)	(28.934)
Alíquota efetiva	34%	34%

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2021	2020	2021	2020
Elecnor	(i)	-	44.523	(18.477)	(16.616)
Celeo Redes	(ii)	83	76	(1.496)	(1.363)
		83	44.599	(19.974)	(17.979)

- i. Conforme nota explicativa 15.
- ii. Refere-se contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 17 de março de 2021 e possui vigência de 5 (cinco) anos. O valor original do contrato foi de R\$ 1.121 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. O contrato foi assinado no dia 30 de dezembro de 2014 e possui vigência de 4 (quatro) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 272, podendo ser revisado caso haja alteração no escopo ou em havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração da diretoria, do conselho fiscal e do conselho de administração foi de R\$ 574 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2020) e está registrada na rubrica pessoal - despesas operacionais.

(c) Dividendos

Nos dias 14 de maio e 2 de julho de 2020 a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, o valor total de R\$ 14.871 e R\$ 30.000, respectivamente. Sendo R\$ 7.584 e R\$ 15.300 para a Celeo e R\$ 7.287 e R\$ 14.700 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação.

No dia 21 de maio de 2021 a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados nos exercícios anteriores, o valor total de R\$ 13.362. Sendo R\$ 6.815 para a Celeo e R\$ 6.547 para a Copel. Cada acionista recebeu o valor proporcional a sua participação.

23 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Apliação financeira	Redução do CDI	(10.385)	(7.789)	(5.193)
Financiamento	Aumento da TJLP	21.670	16.252	10.835
Debêntures	Aumento do IPCA	5.805	4.354	2.902

* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central (www.bcb.gov.br). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerada da "Mediana - TOP 5" médio prazo para o ano de 2022. A TJLP foi obtida através do site do BNDES (www.bndes.gov.br), sendo 5,32% para o cenário provável.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

24 Coronavírus (COVID-19)

(a) Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID- 19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

(b) Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 88.390 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

Júlio César de Castro Martins
Diretor Presidente

Luiz Carlos Leite
Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8 S-PR